



Universiteit
Leiden
The Netherlands

Construção de identidade, capacitação mútua e negociação política em uma feira de agricultores/as: o caso da feira ecológica do Menino Deus em Porto Alegre/rs

Vasile, M.; Cruz, F. Thomé da; Menezes, S. de Souza Mendonça; Almeida, M.G. de

Citation

Vasile, M., & Cruz, F. T. da. (2021). Construção de identidade, capacitação mútua e negociação política em uma feira de agricultores/as: o caso da feira ecológica do Menino Deus em Porto Alegre/rs. In S. de S. M. Menezes & M. G. de Almeida (Eds.), *Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos* (pp. 214-236). Aracaju, SE: Criação Editora. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/3213797>

Version: Publisher's Version

License: [Leiden University Non-exclusive license](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/3213797>

Note: To cite this publication please use the final published version (if applicable).

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Maria Geralda de Almeida



Vamos às feiras!



CULTURA E
RESSIGNIFICAÇÃO
DOS CIRCUITOS CURTOS



Vamos às feiras!

**CULTURA E RESSIGNIFICAÇÃO
DOS CIRCUITOS CURTOS**

Organizadoras:

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Maria Geralda de Almeida

ISBN

978-65-88593-68-4

**EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Maria Geralda de Almeida
Organizadoras

Vamos às feiras!

CULTURA E RESSIGNIFICAÇÃO
DOS CIRCUITOS CURTOS



Criação Editora
Aracaju | 2021

Copyright 2021 by organizadoras

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

M543v

Menezes, Sônia de Souza Mendonça; Almeida, Maria Geralda de (orgs.).

Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos / Organizadoras: Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida. -- 1. ed. – Aracaju, SE : Criação Editora, 2021.

508 p., fotografia

ISBN. 978-65-88593-68-4

Inclui bibliografia.

1. Cultura. 2. Feiras do Brasil. 3. Geografia. 4. Sociedade. I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

CDD 381.1
CDU 339.177

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Tipos de comércio: Feiras.
2. Feiras: Feira livre, feirantes, mercados populares.

REFERÊNCIAS

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de (orgs.). **Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. E-Book (13 Mb). ISBN 978-65-88593-68-4



CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE, CAPACITAÇÃO MÚTUA E NEGOCIAÇÃO POLÍTICA EM UMA FEIRA DE AGRICULTORES/AS: O CASO DA FEIRA ECOLÓGICA DO MENINO DEUS EM PORTO ALEGRE/RS¹

AUTORAS

MARIA VASILE

m.vasile@fsw.leidenuniv.nl

FABIANA THOMÉ DA CRUZ

fabianathome@ufg.br

¹ Uma versão preliminar deste texto foi publicado originalmente em inglês na Revista REDES (Revista do Desenvolvimento Regional), da UNISC, no volume 24, número 1, de janeiro/abril de 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i1.13043>.

INTRODUÇÃO: CHEGANDO À FEIRA

Para chegar à feira Feira Ecológica do Menino Deus, em Porto Alegre, você precisa caminhar pelo pátio da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Você deixa o barulho da Avenida Getúlio Vargas e, à medida que você se dirige para a parte coberta, feita em estrutura de madeira, os sons da feira tornam-se predominantes. Você pode ouvir as pessoas conversando, inclusive, muitas vezes, suas risadas, às vezes, alguma música, e você tem a sensação de que está entrando em um lugar calmo e acolhedor. Catorze bancas de agricultores/as familiares cobertas com frutas e verduras, produtos processados – como geleias e sucos –, e comida pronta para o consumo, tanto de agricultores/as quanto de consumidores/as, dispostas em bancas organizadas em cada um dos lados da estrutura de madeira sob a qual a feira é organizada. Com alguma frequência, a feira também recebe convidados, entre os quais delegações de agricultores/as nacionais e estrangeiros, universidades, estudantes e professores, equipes de TVs locais e estrangeiras e, ainda, artesãos locais, artistas de rua, cozinheiros e revendedores de produtos orgânicos. Passeando pelas bancas, você pode ver os/as agricultores/as interagindo entre si e com os/as consumidores/as, arrumando seus produtos nas bancas, passando adiante seu chimarrão, e brincando com crianças. Além de perceber que as bancas são coloridas e a atmosfera é amigável, você percebe que a feira é palco de algo muito maior do que a simples comercialização de alimentos.

Essa feira, chamada *Feira da Cultura Ecológica do Menino Deus* ou, como é conhecida, Feira do Menino Deus, é a segunda mais antiga feira de produtores/as agroecológicos² de Porto Alegre, no

2 Definimos o termo agroecológico segundo a terminologia dos/as agricultores/as feirantes entrevistados para esta pesquisa. Estes definem agroecologia como uma

Rio Grande do Sul. Ela teve início em 1993 como parte de um movimento mais abrangente de consumidores/as urbanos/as que reivindicavam alimentos mais saudáveis e sustentáveis (LEMOS, 2017, p. 13). A partir desse movimento, orientado por princípios de cooperativismo e autogestão, foram criadas a cooperativa Cool-meia e a Feira de Agricultores Ecológicos (FAE), reconhecida como a primeira feira de rua produtores/as orgânicos no Brasil, visando ao desenvolvimento da produção orgânica baseado no diálogo com agricultores/as locais (ibidem, 2017). Na época da pesquisa de campo, em 2016, Porto Alegre contava com 44 feiras oficiais de produtos agroecológicos que, com distintos tamanhos e estruturas, estavam situadas em diferentes bairros e eram realizadas em dias distintos da semana (PPA, n.d.). O município de Porto Alegre está envolvido na regulação e fiscalização dessas feiras e, nesse sentido, estabelece critérios que as guiam, o que inclui valorização da qualidade dos produtos locais, acesso ao mercado por agricultores/as familiares que produzem em pequena escala e promoção da solidariedade e respeito ao meio ambiente (PORTO ALEGRE, Resolução 03/2012).

De modo similar a outros contextos e países, as feiras de produtores agroecológicos no Brasil representam lugares onde a troca

ciência que valoriza o conhecimento popular e, de modo crítico, promovem novos meios de desenvolvimento. Em geral, o termo “orgânico” não é empregado em relação a feiras, mas sim em relação aos produtos. Para complementar essas distinções empíricas, é importante apresentar algumas das abordagens teóricas usadas para estudar esses conceitos. De acordo com Abreu *et al.* (2012), as agriculturas orgânica e agroecológica são partes de paradigmas distintos. Enquanto a base da agricultura orgânica é a ciência do solo, o princípio-chave da agroecologia é a ecologia, acompanhada de suas dimensões social e política. Às vezes, a agricultura orgânica é referida como mais limitada porque representa a substituição de insumos, e não propriamente um movimento mais abrangente (perspectiva na qual a agricultura orgânica é, em alguma medida, relacionada ao agronegócio) ao passo que a agroecologia está mais próxima à agricultura familiar, campesinato, movimentos sociais, e políticas públicas. Além dessas distinções, os mesmos autores enfatizam que é importante não polarizar o debate entre esses dois conceitos porque ambos podem contribuir para o desenvolvimento social, ambiental e econômico.

econômica se combina com a ação social e ambiental. Como componentes do complexo sistema agroalimentar do Brasil, essas feiras frequentemente representam a materialidade resultante da luta por reconhecimento de agricultores/as familiares que produzem em pequena escala (CARMO, 2008). Nesse sentido, são exemplos o arroz orgânico produzido no Assentamento de Reforma Agrária Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão, os legumes e verduras certificados de forma participativa produzidos na Associação dos/as Produtores/as da Rede Agroecológica Metropolitana, e as geleias e sucos de frutas da Associação dos Agricultores Ecológicos de Ipê e Antônio Prado (AECIA), cooperativa que reúne produtores/as agroecológicos da Serra Gaúcha, no interior do estado.

O desenvolvimento da produção agroecológica e das feiras de agricultores/as nessa região precisa ser contextualizada dentro do panorama agroalimentar geral, que ainda apresenta desafios aos agricultores/as que vivem à margem do sistema convencional – apesar de todos os avanços históricos que resultaram nas reconhecidas e políticas brasileiras voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e movimentos de base em apoio a agricultores/as familiares que produzem em pequena escala (BRUNO, 2016). Embora discutir as limitações econômicas e geográficas, bem como aquelas relacionadas a políticas, enfrentadas por essa categoria ultrapasse o escopo deste artigo, é importante lembrar que o Brasil continua a apresentar grandes iniquidades e conflitos em torno de questões da propriedade da terra e controle dos recursos naturais (OXFAM, 2016; PENNA & ROSA, 2015). Soma-se a esse desafio também o fato de que a contribuição e a capacidade de produção de produtores de pequena escala ainda é sistematicamente posta em dúvida (MOREIRA, 2000, p. 48).

Para muitos, portanto, chegar à Feira do Menino Deus é muito mais do que passear pelo pátio da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Esse espaço, mais do que uma feira, é o cenário de um cruzamento, atualização e expansão de histó-

rias de resistência de agricultores/as que produzem em pequena escala. Histórias de luta por terra, por preços mais justos para seus produtos, por melhores condições de vida e educação no meio rural, e por autonomia e produção diversificada fazem desse espaço uma arena política, cultural e social muito particular, na qual as representações dominantes de produção, consumo, conhecimento e governança são contestadas na *práxis*. Embora reconheçamos que feiras de agricultores/as podem simultaneamente incluir traços neoliberais e projetos radicais (GUTHMAN, 2008; LESLIE, 2017), neste artigo propomos explorar as narrativas contra-hegemônicas e formas de conhecimento cultivadas na feira. Para tanto, analisamos as atividades da feira levando em consideração o contexto social em que estão inseridas, relacionando-as a questões de identidades, habilidades, e negociação coletiva.

Esta abordagem, de caráter etnográfico, tem como objetivo contribuir para os debates sobre ética e política no que se refere à comida produzida localmente (HINRICHS, 2003; PRATT, 2007; TREGGAR, 2011) por meio da investigação de interações presentes na feira de agricultores/as a partir de uma perspectiva de prática e de teorias de conhecimento prático (INGOLD, 1993; WENGER, 1998; GRASSEN, 2009). Nesse sentido, abordamos a feira como uma “comunidade de prática”³, onde visões, narrativas e modos de conhecimento particulares são cultivados em relação à comida local, segurança alimentar e justiça social. Essa perspectiva nos ajuda a desvelar o modo como a feira se constitui, por um lado, como um lugar para ação social e política coletiva e, por outro – conforme é analisado mais especificamente neste artigo –, como os processos de construção de

3 Comunidades de prática podem ser definidas como “grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou paixão por algo que elas fazem e aprendem como fazê-lo de modo melhor à medida que eles interagem” (WENGER, 2011, p. 1, tradução nossa).

identidade, capacitação mútua⁴ e negociação política são praticados. O conteúdo apresentado neste artigo baseia-se preponderantemente na observação participante (e em conversas com produtores/as e consumidores/as) na Feira do Menino Deus: seis entrevistas em profundidade foram realizadas junto a produtores e ao seu coordenador, bem como a funcionários dos serviços de extensão da Secretaria Municipal para Produção, Indústria e Comércio (SMIC) de Porto Alegre que têm trabalhado com produtores/as que integram a feira. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de março e junho de 2016. Durante esse período, a primeira autora visitou e trabalhou como voluntária regularmente na feira, bem como visitou as propriedades de alguns produtores. A análise conta também com a experiência da segunda autora, que visita a feira frequentemente e orientou a condução de uma pesquisa de graduação relacionada ao consumo de alimentos na feira em questão⁵. O artigo enfatiza particularmente as perspectivas dos/as agricultores/as, recorte que se deve principalmente em decorrência dos objetivos desta pesquisa e do interesse de pesquisa das autoras em investigar as práticas e experiências de agricultores/as que integram a Feira do Menino Deus.

4 No original, em língua inglesa, baseado na literatura antropológica sobre aprendizagem e habilidade, como proposta por autores como Grasseni (2009) and Palsson (1994), o termo empregado foi “mutual enskilment”. De acordo com a tradutora, “Houve bastante dificuldade para traduzir a palavra ‘enskilment’. Trata-se de um substantivo derivado da palavra ‘skill’, que pode significar ‘habilidade, destreza, perícia’. ‘Mutual enskilment’, portanto, seria o processo por meio do qual pessoas contribuem reciprocamente para o desenvolvimento de determinadas habilidades. Contudo, não há na língua portuguesa – pelo menos não nos ocorre no português brasileiro – um termo preciso para isso. ‘Habilitação’ tem uma conotação muito cristalizada de ‘amparo legal’, ‘documento’. Já o termo ‘qualificação’ está muito atrelado ao contexto de educação formal – cursos, oficinas, congressos – ou à expertise conquistada por meio do exercício de uma atividade. Por fim, restou-nos ‘capacitação’, que, embora muito vinculada à ideia de ‘treinamento’, ou seja, de empreendimento sistematizado de esforços no sentido de desenvolver habilidades específicas para o exercício de determinada atividade, foi a que nos pareceu mais adequada.”

5 Trata-se da do trabalho de conclusão de curso de Lilian da Silva Lemos, intitulado Consumidores de Produtos Orgânicos/Ecológicos da Feira de Agricultores do Menino Deus em Porto Alegre/RS, defendido em 2017 no curso de Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NÓS SOMOS A FEIRA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO ESPAÇO DA FEIRA

Nesta seção, exploramos o modo como a feira facilita o cultivo, a (trans)formação e a comunicação das identidades dos/as agricultores/as, evidenciando a importância da materialidade – nesse caso, o alimento – em tais processos. Tal perspectiva se alinha às contribuições de Wenger (1998), que argumenta que há uma forte ligação entre o desenvolvimento de práticas, a formação de uma comunidade e a negociação de identidades. Para ele, identidade pode de fato ser explorada como uma experiência negociada: “Definimos quem somos por meio dos modos como nos experienciamos pela participação, bem como pelas maneiras com que nos reificamos” (WENGER, 1998, p. 149, tradução nossa).

Considerando essa abordagem, no que se refere à Feira do Menino Deus, cabe considerar que as relações entre os/as produtores/as que trabalham ali são, em geral, duradouras e mais do que apenas relações de trabalho, conforme explicado pelo coordenador da feira: “A maior parte dessas famílias agricultoras tem estado aqui desde os primeiros anos da feira, algumas delas inclusive construíram essa estrutura”. Ele próprio participa da feira desde seu início: ele conhece esses/as agricultores/as há 30 anos, desde o tempo em que a maioria deles eram acampados, à espera de ser assentados. “Quando digo que nos conhecemos, quero dizer que nos encontramos permanentemente, nós convivemos. É mais do que simplesmente uma relação de trabalho. Vi seus filhos crescerem, e alguns deles agora estão se formando na faculdade!”. Ele também explicou que esses agricultores foram unidos pela escolha de sair do que ele chama de “pequeno cárcere”, numa referência ao sistema em que produziam e vendiam seus produtos com pouca ou nenhuma autonomia, como acontecia antes de fazerem a transição para o modo de produção local agroecológica. Para muitos/as deles/as, essa transição deu-se como uma longa jornada: para a

agricultora R., isso significou abandonar o interior e a produção de grãos, formar uma associação de trabalhadores rurais, ocupar a Fazenda Annoni⁶, aprender a produzir verduras, legumes e hortaliças, e converter o modo de trabalho para a produção agroecológica.

Conversando com os/as agricultores/as na feira, foi possível perceber que, embora sejam relativamente diferentes entre si, as histórias de vida de cada um têm traços em comum, o que fica evidenciado por certa unidade entre os discursos e pelas referências aos mesmos meios simbólicos. Isso ficou particularmente aparente no caso dos/as agricultores/as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos de trabalhadores nessa mesma condição, para os quais pertencer ao movimento representava um traço predominante da sua identidade. Ser parte do movimento significava compartilhar a experiência da ocupação da terra e as lutas a ela relacionadas, bem como a educação política. O compromisso geral dos movimentos sociais rurais com formação contínua, suas escolas e sua vida associativa desempenhava um papel-chave nessa perspectiva: fomentar a coesão entre os/as agricultores/as, a liderança feminina e o avanço da agroecologia, bem como ampliar os objetivos do movimento, apenas para citar alguns exemplos⁷. Na feira, isso foi traduzido para práticas organizacionais específicas, discursos contra-hegemônicos, bem como para o uso de linguagem e símbolos específicos. No que se refere a narrativa, os/as agricultores/as do MST participantes da feira parti-

6 Em 1985, a ocupação da Fazenda Annoni (uma propriedade de 9 mil hectares sem nenhuma produção localizada no município de Pontão, Rio Grande do Sul), primeira ocupação de terra organizada por famílias Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), envolveu cerca de 7 mil trabalhadores rurais (Moraes, 1987). Em 1993, a área foi alocada para reforma agrária, o que fortaleceu o MST e a difusão nacional de suas práticas – o que pode ser resumido em seu lema “ocupar, resistir e produzir” (CANOFRE & LOPES, 2015).

7 Leituras sobre educação, agroecologia e discursos contra-hegemônicos dentro do MST incluem as etnografias de Turniawan (2015), Tarlau (2015) and Aguillar & Cabreira (2016).

lhavam um discurso semelhante sobre a importância das mulheres na agricultura e na sociedade, o papel da agroecologia para o meio ambiente e o bem-estar das pessoas, e a ação destrutiva do agro-negócio. Neste contexto, feiras de agricultores/as desempenham um papel central para a manutenção da resistência de produtores/as em pequena escala: elas constituem uma oportunidade para a venda direta e, desse modo, para a viabilidade econômica das propriedades rurais, para a distribuição de produtos orgânicos de melhor qualidade e para o aumento da atratividade e valorização da agricultura. No que tange à sua organização, esses/as agricultores/as imprimiram à feira a sua tradição da discussão coletiva regular. Isso pode ser exemplificado pelo fato de que, a cada dia de feira, foi possível observar que os/as agricultores/as tinham o costume de se reunir para discutir em conjunto as muitas questões pertinentes à agenda da feira. Diferentemente do “pequeno cárcere”, onde os intermediários tomavam as principais decisões, nesse cenário os/as produtores/as tinham criado um espaço para falar e decidir por si mesmos. Certa vez, durante a pesquisa de campo, depois de apresentar relatório sobre as principais discussões que os produtores haviam tido, um deles concluiu: “Quando discutimos, temos novas ideias, e isso é importante porque os novos projetos devem vir dos próprios produtores. Tem de ser uma ideia dos produtores, uma ideia do povo”.

Porém, diferentemente dos integrantes do MST, nem todos/as os/as produtores/as da feira pertenciam a um movimento social, e alguns, em verdade, vieram de contextos bem diferentes. Este é o caso do agricultor que viajava desde Antônio Prado, município situado no interior do estado, para vender os produtos da sua cooperativa na feira. Ele fez a transição para a agroecologia e começou a vender na feira de agricultores/as em 1990, “depois de anos trabalhando com ‘venenos’” (termo usado por muitos para descrever agroquímicos). Esse agricultor é membro da AECIA, uma das

primeiras cooperativas no Brasil, criada com o apoio do Centro Ecológico, uma organização local que, entre outros aspectos, presta serviços de extensão rural e que, atualmente, é composta por 22 famílias. Ele explicou: “Nós começamos a discutir os problemas referentes ao uso de químicos [...]. O Centro Ecológico nos ajudou a entender as razões por trás da revolução verde: entendemos que ela foi orientada pela necessidade de vender químicos em vez de ajudar os/as agricultores/as”. Assim como no caso dos/as agricultores/as do MST, empreendimentos coletivos que visam a transformar a situação de opressão a qual estavam submetidos representavam o ponto central da jornada dos membros da AECIA. Esses/as agricultores/as também compartilhavam necessidades análogas e enfrentavam desafios comuns, tais como encontrar uma maneira de vender seus produtos orgânicos e lidar com a insuficiente mão de obra no campo.

Algumas dessas visões comuns concretizam-se na feira quando se observa o modo como os/as agricultores/as se vestem (por exemplo, vestindo camisetas e bonés do MST) ou decoram suas bancas com folhetos das cooperativas e associações de agricultores/as de que fazem parte. De modo semelhante, seus produtos e o modo como eles são processados e/ou apresentados muitas vezes também carregam uma referência a suas origens e ao seu trabalho como símbolos de identidade. A variedade da produção – “Você vê aqui o que nunca encontraria em um supermercado” –, seu frescor, a terra remanescente nos vegetais, e seus selos de certificação participativa são apenas alguns exemplos do modo como os discursos dos/as agricultores/as se materializavam na feira. Além disso, quando perguntados sobre os produtos, os/as agricultores/as discutiam sobre o método de cultivo e de organização, e também sobre sua identidade como produtores/as agroecológicos/as. Como foi analisado na literatura que explora a conexão entre habilidades e identidade, habilidades podem ser referidas como “um local

privilegiado de construção de identidade, como um complexo de envolvimento estético e posições morais, de estratégias de pertencimento e práticas de autoridade” (GRASSENI, 2009, p. 1, tradução nossa). No caso dos/as agricultores/as da feira, suas histórias estão, em boa medida, entrelaçadas às práticas de capacitação em agroecologia: esta não é apenas um modo de produção, mas também atributo de seu estilo de vida, visões de mundo e posicionamentos políticos. Em outras palavras, a agroecologia como uma habilidade forma a identidade dos/as agricultores/as, bem como a paisagem em que eles estão engajados: suas histórias retratam como a transição para um sistema agrícola diferente do que adotavam envolve novas relações com o solo, com as plantas, com os animais, com as pessoas e com a sociedade, além de implicar renascimento do compromisso com debates da sociedade acerca de segurança alimentar e nutricional e de movimentos locais relacionados aos alimentos e à alimentação (MÉNDEZ *et al*, 2012; NORDER *et al*, 2016; IKERD, 2018). O envolvimento dos/as agricultores/as em tais debates mais amplos era mais evidente na feira quando se davam sobre fatos e manifestações públicas então vigentes. Em 2016, ano em que a pesquisa de campo foi realizada, era comum que eles/as se engajassem em conversas sobre fatos políticos, tais como a manifestação de trabalhadores/as sem-terra por reconhecimento e por melhores condições de trabalho como agricultores/as no INCRA (em março de 2016), o acampamento de agricultores/as em apoio a Dilma Rousseff – a primeira mulher a ser presidenta do Brasil –, na Praça da Matriz, em Porto Alegre, ou manifestações públicas mais gerais organizadas naquele período (em torno do *impeachment* da presidenta). Um dia, enquanto conversavam, um agricultor do MST relacionou essas manifestações com sua educação e cultura políticas, explicando que os/as agricultores/as do MST tinham participado de muitas manifestações no passado e, portanto, desenvolvido habilidades específicas, o que, segundo ele, havia os

preparado para fazer protestos de longa duração e grande impacto em 2016.

De modo geral, vendendo seus produtos coletivamente, os/as agricultores/as podem cultivar traços comuns de suas identidades e comunicar seus esforços e esperança por um sistema de produção de alimentos mais diversificado, inclusivo e saudável, transformando a feira em uma comunidade de prática. Conforme teorizado por Wenger e exemplificado acima, comunidades de prática nem sempre pressupõem “uniformidade, conformidade, cooperação, ou concordância, mas implica um tipo de diversidade em que perspectivas e diversidades são engajadas umas às outras” (WENGER, 1998, p. 129). A materialidade da feira (isto é, o espaço físico, os produtos) é fundamental para facilitar a possibilidade de os/as agricultores/as retrabalharem e comunicarem suas identidades. Como explicado por Wenger (1998) e Meyer (2009), a materialidade é a chave para criar sentido coletivo, na medida em que estamos “dando forma à nossa experiência ao produzir objetos que consolidam esta experiência em ‘coisidade’” (WENGER, 1998, p. 58)⁸. No caso da feira, tal materialidade e enraizamento significa que os argumentos e as práticas são contextualizados em seu tempo e espaço, tangíveis nos produtos, tornando-os meios para comunicar uma abordagem alternativa à produção e distribuição de alimentos. Além disso, essa materialização da experiência nos produtos também reforça a identidade da feira como um lugar (GUPTA & FERGUSON, 2002).

8 No original, o autor se refere a ‘thingness’: “giving form to our experience by producing objects that congeal this experience into ‘thingness’” (WENGER, 1998, p. 58).

AGRICULTORES/AS FALANDO POR SI: A FEIRA COMO ESPAÇO DE CAPACITAÇÃO MÚTUA E NEGOCIAÇÃO POLÍTICA.

A construção de identidade está associada a uma trajetória de aprendizagem (WENGER, 1998). De modo contrário a teorias que separam conhecimento de prática, prática e teorias de conhecimento prático exploram a aprendizagem como ação (PALSSON, 1994), bem como assinalam a natureza social da aprendizagem e da ação humana. Nesse campo da literatura, capacitação é definida como um meio de aprendizagem por “imersão no mundo prático” (PALSSON, 1994, p. 901, tradução nossa). Tendo em vista tal abordagem, esta seção explora as maneiras com que, na feira, a capacitação ocorre como um esforço coletivo e localizado, caracterizando relações sociais. Referimo-nos a diferentes modos de “aprendizagem de cada um” (WENGER, 2011, p. 4, tradução nossa) observados nesta comunidade de prática e analisamos tais processos especificamente em termos de vinculação do grupo e negociação política.

Para analisar esse processo individual mas também coletivo de capacitação, cabe considerar o seguinte trecho da entrevista realizada com o coordenador da feira de agricultores/as pesquisada: “Houve um tempo em que diziam que agricultores/as não precisavam de educação, que agricultores/as tinham de trabalhar no campo e nada mais”. Ele ainda explicou que hoje as coisas estão diferentes pois os/as agricultores/as se tornaram conscientes da “importância da partilha do conhecimento”. Na experiência do coordenador, essa mudança estava relacionada à emergência de movimentos sociais rurais, bem como de escolas (para as quais ele tinha trabalhado por muitos anos), além de outros processos pedagógicos que envolviam agricultores/as em ensino e aprendizagem. A feira apareceu mais visivelmente como um desses processos porque representa uma oportunidade única de troca entre agricultores/as e consumidores/as. De fato, muitos dos feirantes descreveram a

feira como um espaço para encontro e discussão. Para os/as produtores/as, isso representava uma chance de conversar não somente sobre os produtos, mas também sobre suas identidades e discursos “contextualizados em suas habilidades práticas” (GRASSENI, 2009, p. 2). Para muitos/as consumidores/as, por outro lado, a feira é em boa medida o único lugar onde podem aprender sobre produção de alimentos, bem como transformar em prática suas crenças e posicionamentos políticos, incluindo, por exemplo, consumo de alimentos saudáveis, apoio a categorias marginalizadas, contribuição para a construção de um sistema de comida local, reconexão com a terra e “com o que realmente importa”. Por causa disso, ou seja, em decorrência do fato de a feira ser um local singular, os/as consumidores/as têm uma atitude positiva e aberta demonstrada pelo fato de que empregam seu tempo para não apenas comprar, mas também para dialogar e vivenciar a feira.

Pudemos ouvir pessoas conversando sobre a estética dos alimentos e agricultores/as explicando como determinados produtos, tais como certas verduras ou legumes deveria, ser, por exemplo, em relação à aparência, contribuindo, assim, para a educação alimentar dos/as consumidores/as. “As pessoas da cidade muitas vezes não sabem sobre os possíveis diferentes formatos de produtos não limpos ou não processados”, elucidou um dos/as agricultores/as entrevistados/as, apontando que esse era o caso especialmente em relação aos produtos orgânicos, cujas diferenças em formato e cor (quando comparados a seus equivalentes produzidos de modo convencional) às vezes chocam os/as consumidores/as. Além disso, os/as agricultores/as às vezes tinham de esclarecer porque os preços nas suas bancas foram reduzidos ou porque alguns de seus produtos eram diferentes dos da semana anterior ou dos de outros/as produtores/as. Dessa maneira, os/as consumidores/as aprendem não somente sobre processos de produção de alimentos e venda direta, mas também sobre os desafios referentes à produção de mui-

tos alimentos. Durante tais conversas, foi possível perceber que os feirantes também trocam informações sobre preparação de alimentos e receitas. Ademais, oficinas eram regularmente organizadas na feira, representando uma oportunidade lúdica para consumidores aprenderem a fazer, por exemplo, sorvetes e sucos especiais. Várias vezes ao ano, alguns/mas consumidores/as, organizados em grupo, também propõem visitar as propriedades de alguns dos/as produtores/as da feira, atividade chamada pelos feirantes de *visita ou passeio orgânico*. De modo mais informal, alguns/mas consumidores/as mais assíduos à feira às vezes também ajudam os/as agricultores/as em suas bancas por algum tempo. Todas essas formas de coparticipação parecem contribuir para o desenvolvimento de “critérios comuns de ação, percepção e avaliação (tanto moral como estética)” (GRASSENI, 2009, p. 12), e para a maturação de relações de confiança.

Algumas das atividades relacionadas à capacitação e partilha de conhecimento foram particularmente direcionadas às crianças. Por exemplo, um marceneiro local era regularmente convidado para a feira para organizar sessões em que as crianças construiriam seus próprios brinquedos de madeira. Além disso, alguns/mas dos/as produtores/as presentes na feira também participavam de projetos de educação em algumas escolas de Porto Alegre. Conforme descrito pelo coordenador da feira (que deu apoio para a organização do projeto): “Organizamos jogos, mini-feiras, nas escolas em que as crianças comprem alimentos por si mesmas. Elas comprem tomates, laranjas, alfaces, bananas, saladas [...]. Você tinha de ver elas falando sobre comida, era incrível!”. Ele acrescentou: “Vamos a diferentes escolas e tentamos trazer esses conceitos [produção agroecológica, segurança alimentar e nutricional] para as crianças, e depois de brincarmos com elas na escola, elas geralmente trazem suas famílias para a feira. Quando chegam, elas vêm até mim e dizem ‘oi!’! Criamos um laço forte com elas”. Os/As agri-

cultores/as da feira pareciam encarar a educação alimentar para crianças, e, de modo mais abrangente, para a geração mais jovem, como uma missão, tomando essas discussões como um trampolim para a transformação de hábitos alimentares e para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis. Esses/as agricultores/as reconheciam a importância de se envolver em uma pedagogia alimentar crítica, e em muitos casos isso também parecia corresponder a uma crescente autoconfiança. Na verdade, isso implicou a possibilidade de um novo papel para os/as agricultores/as na sociedade, criando um imaginário alternativo ao de marginalidade dos/as agricultores/as que, como os que compõem a feira estudada, produzem em pequena escala.

Os processos descritos acima fazem a Feira Agroecológica do Menino Deus um espaço onde diferentes perspectivas sobre meios alternativos de produção, alimentação, e diferentes visões agro-políticas tomam contato. Perspectivas rurais vêm ao encontro de compreensões urbanas acerca da mudança do sistema hegemônico de produção de alimentos, facilitando o processo de integração entre o que deve ser referido como a divisão cultural entre rural e urbano. Por exemplo, com base em observações gerais, quando se discute sobre esses temas, muitos/as consumidores/as urbanos inicialmente tendiam a focar mais nos assuntos ligados à saúde e problemas ambientais, enquanto os produtores focavam mais nos aspectos de justiça social. Essa intenção também era ilustrada na escolha terminológica dos produtores por se definirem e se diferenciarem como produtores agroecológicos (e não orgânicos). Ao oferecer essas novas perspectivas, os/as agricultores/as ampliavam a visão dos/as consumidores/as sobre os problemas ligados aos sistemas contemporâneos de produção de alimentos, oferecendo razões adicionais e oportunidades de engajamento político.

A feira também apareceu como um espaço para capacitação mútua entre os/as agricultores/as. Ela reuniu “dinâmicas de reconhe-

cimento na valorização da comida local” (FONTE, 2008, p. 201, tradução nossa): agricultores/as compartilhavam conhecimentos relacionados a agroecologia e conhecimentos locais às vezes em contraste, às vezes alinhado com o paradigma de produção de alimentos e de padrões alimentares dominantes. Essas habilidades, mesmo quando referentes ao conhecimento tradicional dos/as agricultores/as, nunca eram estanques, mas, ao contrário, estavam sempre em contínua transformação, influenciados por trocas com terceiros (por exemplo, adaptando-se às preferências dos/as consumidores/as) e mudanças no contexto sociopolítico (tais como regulamentos e normas que incidem sobre a produção e processamento de alimentos). Por exemplo, por causa dos padrões de segurança dos alimentos e em decorrência da fiscalização da Vigilância Sanitária de Alimentos, órgão que regula esses processos, muitos/as agricultores/as foram proibidos de vender produtos processados em casa para seu próprio consumo⁹. As associações de produtores/as (junto com serviços de extensão rural local) tinham desempenhado um importante papel no apoio a agricultores/as para encontrarem meios de cumprir os regulamentos e adaptarem-se aos padrões vigentes. Nesse contexto, a adaptação foi possível por causa de processos de capacitação mútua, possibilitando soluções coletivas que representavam um meio termo entre a padronização e a valorização da identidade dos/as agricultores/as. Tal capacitação também foi evidenciada ao longo da pesquisa realizada na feira por meio de conversas e processos de tomada de decisão coletivos, durante os quais os/as agricultores/as puderam se expressar e compartilhar suas diferentes experiências em suas comunidades ou associações. Nesse caso, alinhado com o pensamento de Gras-

9 Este tipo de produtos artesanais (tais como geleias e legumes em conserva), embora sejam informais, eram requisitados por alguns/mas consumidores/as, que os apreciavam mais em relação aos seus equivalentes industriais.

seni (2007, 2009), as habilidades emergiram em consonância com a situação, porque estavam estreitamente conectados ao contexto dos agentes.

Conforme exemplificado em tais processos, a capacitação mútua dos/as agricultores/as da feira ocorreu no que diz respeito a problemas de organização, comunicação e negociação. Apenas para citar um exemplo concreto de tais processos, cabe mencionar o caso da comercialização de produtos processados, citado mais acima, em que a solução encontrada para a continuidade da comercialização desses produtos foi a exigência do curso de boas práticas de fabricação, realizado por muitos/as agricultores/as que integram a feira. Essas trocas e aprendizagem mútua representam um trampolim para a habilidade dos/as agricultores/as em formular novas reivindicações e engajarem-se em discussões políticas mais amplas. Durante o trabalho de campo, foi possível identificar muitas maneiras em que capacitação na feira e negociação política estavam conectadas. Geralmente, as discussões na feira eram uma oportunidade para os/as agricultores/as se reunirem e alinharem suas visões para além de suas comunidades e associações e, desse modo, conectar seus esforços de maneira mais ampla ao coletivo de agricultores/as, como no caso de negociações acerca dos padrões de segurança dos alimentos e dos desafios encontrados no processo de produção, tais como a falta de instalações adaptadas ao processamento de alimentos em pequena escala. Ao narrarem como seu grupo ou associação lidou com tais problemas (e sua experiência de modo geral), os/as agricultores/as contribuem para fortalecer e conferir autonomia a outros/as agricultores/as que, com base em experiências já vividas pelos colegas de feira, podem mais facilmente pensar em soluções possíveis e novas possibilidades para direcionar seu trabalho. Além disso, pudemos ouvir os/as agricultores/as debatendo sobre eventos políticos e planejando seu curso de ação, trazendo *insights* de outros debates e comuni-

dades. Nesse processo, eles/as ainda desenvolveram juntos suas narrativas contra hegemônicas, ao se engajarem na discussão e ao confrontar suas perspectivas com mais agricultores/as e consumidores/as. Cabe ressaltar ainda que, conforme previamente descrito, a feira serviu como um espaço para cultivar uma identidade coletiva, incluindo dimensões políticas, tais como construir uma consciência das condições comuns das famílias de agricultores/as de pequena escala¹⁰. Tomando tudo isso em consideração, esses exemplos mostram como a feira representa para esses agricultores/as mais uma comunidade na qual podem compartilhar, aprender e discutir. Essa comunidade mantém seus traços peculiares ao mesmo tempo em que inclui uma gama muito diversa de atores (inclusive os/as consumidores/as), representando um ponto de encontro entre as culturas rural e urbana, o que parece corresponder ao enriquecimento da discussão política e do processo de capacitação em ambos atores e contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo explorar uma feira agroecológica de agricultores/as não apenas como um espaço de comercialização de produtos, mas também como um ambiente social e cultural e como uma “comunidade de prática”, onde acontecem processos de construção de identidade, capacitação mútua e negociação política. Como já discutido por muitos estudiosos, à exemplo de Black (2012), feiras de agricultores/as são espaços de sociabilidade e tal aspecto pode ser particularmente manifesto no caso das feiras agroecológicas que, como demonstramos com o exemplo da Feira

10 Ver Bubinas (2011) para exemplos de diferentes contextos sobre como a feira pode facilitar o crescimento de “uma consciência de classe atada a comportamento econômico”, também para consumidores.

da Cultura Ecológica do Menino Deus, apresenta oportunidades de diálogos específicos entre agricultores/as e consumidores/as. Nossa análise focou em como a feira representa oportunidade não apenas de os/as produtores/as venderem seus produtos, reforçarem suas relações com outros/as produtores/as e consumidores/as, mas também de cultivarem suas identidades como agricultores/as familiares produtores/as de alimentos em pequena escala. Os dados da pesquisa permitem considerar que, de fato, os produtos nas bancas da feira são, para além de si mesmos, a base de trocas mais amplas por meio das quais os/as produtores/as valorizam e comunicam seu conhecimento e sua ligação com a terra e, ao mesmo tempo, aprimoram os processos de capacitação mútua.

Capacitação, enquanto parte integral da construção de identidade, proporciona o desenvolvimento de vínculos entre os membros do grupo, bem como permite colocar em prática narrativas contra hegemônicas e negociações política relevantes para os/as agricultores/as. Nesses processos, os/as agricultores/as que integram a feira assumem também o papel de pedagogos/as na medida em que assumem papel de críticos alimentares, tornando-se atores-chave para a promoção de comida local e da segurança alimentar e nutricional, contribuindo, assim, para um valor que é central para esses atores, qual seja, a justiça social no sistema alimentar. Assim como no caso de outras feiras de agricultores/as presentes nas várias regiões e países, isso ocorre em um contexto em que políticas neoliberais estão limitando ou mesmo impedindo o desenvolvimento de sistemas alimentares socialmente justos, cerceando, desse modo, o potencial de agricultores/as como os presentes em feiras locais (LESLIE, 2017). Sob essas circunstâncias, feiras como a estudada nesta pesquisa vêm se tornando um precioso espaço social de resistência na prática, conforme explicado pelos processos de construção de identidade coletiva e de capacitação acionados neste artigo. Ao mesmo tempo, os diálogos na feira representam

para os/as consumidores/as um meio de se reconectarem com seus alimentos e com o conhecimento popular, na medida em que, por exemplo, tais relações proporcionam *insights* sobre a sazonalidade da produção ou a influência do clima nas colheitas (LEMOS, 2017). Em nossa pesquisa, reconhecemos que, para alguns/mas consumidores/as, ir à feira é também um meio de traduzir para a prática suas crenças e posicionamentos em relação às políticas alimentares, o que se dá particularmente ao apoiarem produtores e a produção agroecológica local de pequena escala¹¹. As trocas na feira também pareceram facilitar o desenvolvimento de relações mais próximas entre produtores/as e consumidores/as, baseadas em empatia, respeito e admiração. De modo geral, esses processos paralelos fazem da feira um espaço onde visões alternativas do futuro são cultivadas e, não sem desafios, projetos emancipatórios se encontram e amadurecem na prática. Pesquisas futuras serão necessárias para investigar os progressos nessa e em outras comunidades de prática, e para explorar o modo como processos de construção de identidade, capacitação e negociação política evoluem à medida que novos desafios se apresentem aos agricultores/as familiares de pequena escala brasileiros/as.

Agradecimentos

As autoras agradecem a todos/as os/as feirantes/as por compartilharem seu tempo, *insights* e ideias. Sua determinação e criatividade permanecerão para sempre sendo fonte de inspiração.

A primeira autora trabalhou neste artigo durante seu doutorado realizado no âmbito do ERC Consolidator Project ‘Food citizens?’

¹¹ Ao mesmo tempo em que escrevemos isto, é importante ressaltar que nesta pesquisa não investigamos em profundidade os/as consumidores/as. A literatura existente, tal como a análise de Lemos (2017), mostra quem são esses/as consumidores/as e o que eles estão procurando, aspectos que podem revelar um cenário mais complexo, o que convida a reflexões mais críticas sobre políticas de consumo na feira e questionamentos acerca de seu potencial para crescer como comunidade.

Collective food procurement in European cities: solidarity and diversity, skills and scale.’. Este projeto recebe fundos do Conselho Europeu de Pesquisa (ERC) sob o programa de inovação e pesquisa do European Union’s Horizon 2020 (acordo de financiamento número 724151).

Agradecemos a Anselmo Kanaan Costa, Rosa Hocmann e Gilmar Bellé pela leitura atenta e ricas contribuições na versão final deste capítulo.

Para a tradução do artigo original, publicado em Inglês, contamos com o trabalho atento e cuidadoso de Ana Maria Montado, a quem agradecemos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, 2012, p. 143-160.

BERNAVA, Aguillar; CABREIRA, Claudia Maria; ALDA, Maria. As práticas educativas em agroecologia do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e os desafios frente as ordens impostas pelo capitalismo no campo brasileiro. **Revista Tamoios**, n.12, v. 2, 2016.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, 2016, p. 142-160.

BUBINAS, Kathleen. Farmers markets in the post’industrial city. **City & Society**, n. 23, v. 2, 2011, p. 154-172.

CANOFRE, Fernanda; Lopes, Gerson. Ocupar, resistir e produzir”: Um novo modelo de vida nasce. 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2015/11/ocupar-resistir-e-produzir-um-novo-modelo-de-vida-nasce/>

CARMO, Maristela Simões. Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**. Dezembro 2018, p. 28-40.

FONTE, Maria. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. **Sociologia ruralis**, v. 48, n.3, 2008, p. 200-222.

GRASSENI, Cristina. **Developing skill, developing vision: practices of lo-**

- cality at the foot of the Alps. New York, Oxford: Berghahn Books, 2009.
- GRASSEN, Cristina. Introduction. In: **Skilled visions: between apprenticeship and standards**. Berghahn Books, 2007, pp. 1-19.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON James. Beyond "Culture": Space, Identity, and the Politics of Difference. In: XAVIER, Jonathan Inda; ROSALDO, Renato (eds). **The Anthropology of Globalization**. Malden: Blackwell Publishers, 2002, p. 65-80.
- GUTHMAN, Julie. Neoliberalism and the making of food politics in California. **Geoforum**, n. 39, v. 3, 2008, p. 1171-1183.
- HINRICHS, C. Clare. The practice and politics of food system localization. **Journal of rural studies**, n. 19, v. 1, 2003, p. 33-45.
- IKERD, John. Agroecology: Science, Farming System, or Social Movement?. 2018. Disponível em: <http://johnikerd.com/agroecology-science-farming-system-or-social-movement/>
- INGOLD, Tim. Technology, language, intelligence: a reconsideration of basic concepts. In: GIBSON, Kathleen; INGOLD, Tim (eds). **Tools, language and cognition in human evolution**. Cambridge University Press, 1993, p. 449-472.
- LAVE, Jean, WENGER, Etienne. **Situated learning: Legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LEMOS, Lilian Silva. Consumidores de produtos orgânicos/ecológicos da feira de agricultores do Menino Deus em Porto Alegre – RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER), Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2017.
- LESLIE, Isaac Sohn. Improving farmers markets and challenging neoliberalism in Argentina. **Agriculture and Human Values**, n. 34, v. 3, 2017, p. 729-742.
- MÉNDEZ, Ernesto V.; BACON, Christopher M.; COHEN, Roseann. Agroecology as a Transdisciplinary, Participatory, and Action-Oriented Approach. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, 2013, p. 3-18.
- MEYER, Birgit. From Imagined Communities to Aesthetic Formations: Religious Mediations, Sensational Forms, and Styles of Binding. In: MEYER, Birgit (ed.) **Aesthetic Formations: media, religion and the senses**. London: Palgrave Macmillan, 2009, p. 1-29.
- MORAES, Tete. Terra para Rose. 1987. Disponível em: <https://vimeo.com/12323209>

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos sociedade e agricultura**, v.8, n. 2, 2000, p. 39-52.

NORDER, Luiz Antônio. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias ambiente & sociedade. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 3, 2016, p. 1-20.

OXFAM. Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Novembro, 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf.

PALSSON, Gisli. Enskilment at sea. **Man: New Series**, v. 29, n. 4, 1994, p. 901-927.

PENNA, Camila; ROSA, Marcelo C. Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do Incra. *Lua Nova*, n. 95, 2015, p. 57-87.

PPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Dispões sobre as feiras ecológicas. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_secao=206

PORTO ALEGRE. SMIC . Resolução no 3 de 26 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=249215>

PRATT, Jeff. Food values: the local and the authentic. **Critique of anthropology**, n. 27, v. 3, 2007, p. 285-300.

TARLAU, Rebecca. How do new critical pedagogies develop? Educational innovation, social change, and landless workers in Brazil. **Teachers College Record**, n.117, v.11, 2015, p. 1-36.

TREGEAR, Angela. Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. **Journal of rural studies**, n. 27, v. 4, 2011, p. 419-430.

TURNIAWAN, Marian Li. Constructing a Counter-Discourse: Agroecological Formação at the MST's Milton Santos School. Dissertation, Paper 286, Syracuse University, 2015.

WENGER, Etienne. **Communities of practice**: learning, meaning, and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WENGER, Etienne. Community of practice: a brief introduction. **STEP Leadership Workshop**, University of Oregon, 2011. Disponível em: <https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/handle/1794/11736>